

O Real e as perspectivas da economia

PERSIO ARIDA

Pela primeira vez em mais de duas décadas, a inflação brasileira oscila entre 20% e 25% ao ano, sem congelamentos de preços ou artificialismos. Os níveis de atividade, emprego e salários reais superam, com folga, aqueles registrados há um ano. Renasce, aos poucos, a memória da constelação de preços nominais, e com ela a funcionalidade do sistema de preços relativos e dos contratos como indutores de eficiência na alocação de recursos.

Os ganhos da estabilidade são evidentes para todos. A inflação é uma agressão à cidadania, imposto perverso a incidir sobre aqueles cuja renda minguada nem sequer lhes permite a abertura de uma conta bancária. É uma fraude ao trabalho ao frustrar, no final da jornada, a expectativa do trabalhador quanto ao valor real de seus rendimentos. Acarreta distorções na poupança e no investimento ao tornar o futuro volátil e incerto, impossibilitando o planejamento e a consistência das decisões ao longo do tempo.

Hoje, já começamos a desfrutar os benefícios da estabilidade. O apoio da população ao programa de estabilização bem o demonstra. Estamos aprendendo a resistir ao canto da sereia da correção monetária citada por lei. Tão entranhada na nossa cultura está a crença no direito adquirido da correção monetária que esta nos parece decorrer de um imperativo ético. As leis, no entanto, servem para criar o ambiente adequado ao florescimento da iniciativa produtiva, jamais para fixar o valor real de qualquer variável econômica, seja ela salários, juros, aposentadorias, câmbio ou tarifas. A cultura da correção monetária levou-nos a

esquecer o fato básico da vida econômica o crescimento e a melhoria dos padrões de vida, tanto dos indivíduos, quanto dos países, vem do esforço e do trabalho, dos aumentos de produtividade e eficiência, e não do ilusionismo dos reajustes automáticos ditados pelas cláusulas jurídicas de "proteção do valor real".

Estamos, também, habituando-nos a olhar de frente a realidade. Na dança enlouquecida dos preços, o processo inflacionário impede que as pessoas compreendam a real situação financeira em que se encontram. Os indivíduos não conseguem saber quanto poupam ou gastam como proporção de sua renda porque renda, poupança e gastos oscilam ao sabor de movimentos de preços e salários que não se consegue antever. Os balanços das empresas tornam-se quase ininteligíveis, os orçamentos dos governos perderam significado. Encontrar uma unidade de valor alternativa — ORTN, BTN, dólar, cruzeiros corrigidos pelo IGP, entre tantas outras criadas pela nossa fértil imaginação — ajuda, mas não resolve, porque não há deflator que capte, sem distorções, os efeitos reais provocados pelos alucinantes movimentos de preço típicos da alta inflação. A inflação é véu espesso, que tudo perturba e desfigura.

Com a estabilidade, dissipam-se as ilusões. A moeda, quando seu valor de compra é estável, põe fim à discussão sobre os deflatores. A realidade das finanças transparece ao olho nu, na comparação sim-

ples e direta de valores nominais. As restrições orçamentárias adquirem clareza solar. O choque de realidade trazido pela estabilidade de preços pode, muitas vezes, traçar um quadro mais sombrio do que se imaginava. Mas é a única base sólida a partir da qual indivíduos, empresas e governos podem tomar decisões de qualidade na alocação de seus recursos.

Em que pesem os bons resultados obtidos e o apoio da população, é prematuro julgar que a estabilização é página virada de nossa história. Só a ingenuidade permitiria supor que se pudesse, em período tão curto de tempo, erradicar de vez o mal que nos aflige há tantos anos. A estabilização é ainda frágil. Estamos dando os primeiros passos no caminho que há de nos conduzir a transformações estruturais de grande alcance. A consolidação definitiva do programa de estabilização exigirá a construção de um novo

quadro de referência para a política fiscal e para a previdência, que possibilite alavancar a poupança doméstica. Exigirá, também, aprofundamento maior ainda da abertura comercial e financeira em curso, uma privatização radical que confie o Estado às atividades intrinsecamente públicas, uma desregulamentação abrangente da atividade econômica que conceda liberdade aos agentes econômicos para pactuar contratos e competir livremente, e a redução dos custos domésticos de produção, para citar apenas alguns de seus requisitos. Exige, sobretudo, que se mantenha a mudança de postura com relação à in-

flação, que tanto diferenciou o Real dos programas anteriores.

O fato é que a estabilidade de preços é, antes de mais nada, fidelidade — confiança no padrão monetário. Confiança, por sua vez, não se impõe, conquista-se. Até o Real, nossa atitude diante da inflação foi complacente em demasia. Acreditamos que seria possível exorcizar a inflação por meio da correção monetária, sacrificando a dura disciplina necessária para manter a estabilidade de preços em nome do crescimento econômico ou das políticas sociais voltadas aos excluídos. O resultado foi o desencanto com as promessas de desinflação, um desempenho econômico muito abaixo do nosso potencial e uma das piores distribuições de renda do mundo. Contrariamente ao senso-comum, é a estabilidade de preços que cria as condições para o desenvolvimento sustentado e a equidade distributiva e não vice-versa.

Ao longo deste primeiro ano, pudemos deduzir muitas das suspeitas que sombreavam o novo padrão monetário. Importa persistir no mesmo caminho, não contemporizando com objetivos outros que não a estabilidade de preços. Mostra a experiência internacional que, no longo prazo, países que mantiveram taxas baixas de inflação cresceram, em média, mais do que aqueles que toleraram altas taxas. Mais do que uma reforma monetária bem sucedida, singular em seu caráter processual e pré-anunciado, o Real é um projeto de modernidade, construído democraticamente pelo País.

■ Persio Arida é PhD pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e foi presidente do BNDES e do Banco Central. Este artigo foi escrito para um livro de avaliação sobre o Plano Real que está sendo publicado pelo Palácio do Planalto



É prematuro julgar que a estabilização é página virada de nossa história